

A Institucionalização da Loucura em Santa Catarina

Arselle de Andrade da Fontoura*

Este trabalho visa um estudo que possibilite a percepção e definição de alguns elementos que auxiliaram para uma política de institucionalização da loucura, num processo de reorganização da sociedade catarinense.

O tema aqui proposto abrange sob o ponto de vista espacial o Estado de Santa Catarina, especialmente a cidade de Florianópolis. Sob o ponto de vista temporal, o corte pretendido limita-se ao período que abrange a primeira metade do século xx, neste momento em que a loucura passa a receber um tratamento especial, sob a égide do cientificismo.

Pensar em escrever a história de uma instituição psiquiátrica, implica em escrever o mundo desta instituição, um mundo que pertence a seres humanos destituídos de história, ou pelo menos de uma história visível. É necessário um olhar mais atento para destrinchar e reconstruir o universo destes atores que compõem um teatro vivo dentro de um cenário triste e melancólico. Muitas vezes parece um show de mímica, um teatro mudo, mas existem vozes e essas devem e querem se fazer ouvir pela platéia, mesmo que essa muitas vezes não fique atenta aos ecos que fluem do palco.

Uma das vozes que deve ser ouvida pelo historiador é a voz da própria instituição, ou melhor, a voz que ressona o poder da instituição. Um hospital psiquiátrico, de acordo com a definição de Goffman, pode ser considerado como uma "instituição total", podendo ser definida como "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada"¹.

Neste sentido, toda instituição tem inclinação ao fechamento, seja pela sua configuração física, ou principalmente pelos empecilhos impostos a uma maior relação social com o mundo externo. A internalização pode levar a uma homogeneização e aniquilação do EU.

* Arselle de Andrade da Fontoura., natural de: Santa Maria, RS. Graduação em História - UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Ingresso no Mestrado em 1993. Trabalho apresentado na IIIª Jornada de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

1 - GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo : Perspectiva. 1992. p. 11.

Em Santa Catarina, o início à assistência psiquiátrica deu-se em Brusque, em 1910, com a criação do Asilo de Azambuja, sob o controle das freiras da Irmandade da Divina Providência. Possuía um caráter de assistência às pessoas que andavam soltas pelas ruas, isoladas nas comunidades ou presas em porões de casas, prisões e hospitais gerais.

Contudo, a institucionalização da loucura em SC, especialmente em Florianópolis, sua capital, faz parte de um projeto maior de organização e desenvolvimento da sociedade.

A ilha de Santa Catarina, até meados do século XX, apresentava nítidas feições de uma cidade interiorana, na perspectiva de suas elites, sem desenvolvimento. Era suja, feia, sem os recursos básicos de infra-estrutura necessários a uma nova proposta de modernização. De acordo com Cabral a cidade foi crescendo e "sem conhecer e oferecer aos seus moradores os confortos da higiene e do asseio"².

A preocupação em transformar a antiga vila em uma cidade modernizada estava presente nas falas dos governantes, pois para Florianópolis prosperar era necessário solucionar os problemas de saneamento e higiene pública.

"A nossa capital situada em posição pitoresca, com bom porto, excelente clima, e cerca de 14000 almas carece ainda dos serviços mais rudimentares de higiene e dos melhoramentos indispensáveis a uma cidade moderna como água, esgoto e iluminação"³.

O processo de urbanização fez emergir novas relações de produção. A modernização precisava atingir todos os níveis da sociedade, sendo necessário uma remodelação dos espaços urbanos e do modo de vida da população.

Para dar uma maior visibilidade a esta nova imagem que a cidade deveria apresentar, foi necessário a construção de um novo discurso que possibilitasse a adoção de novas práticas necessárias à introdução de novos valores e padrões de conduta.

O novo viver urbano passa a negar as antigas práticas e costumes de vida e lazer dos trabalhadores, dos pobres, dos desocupados, das prostitutas, dos loucos, etc, pois estas poderiam macular a nova imagem civilizada da sociedade.

2 - CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Problemas educacionais de higiene*. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

3 - Mensagem proferida pelo Governador do Estado, Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, na sessão de abertura do Congresso Representativo, em 5 de agosto de 1907. Catálogo de mensagens do Governo. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Para o desenvolvimento da cidade fez-se necessário implantar novas formas de organização do convívio social. As políticas médico-sanitaristas foram a mola mestra para o desencadeamento de novos mecanismos de controle e dominação da população.

O discurso higienista atrelado ao saber científico foi vinculado em todas as esferas da sociedade. Passa a ditar as normas de bom comportamento da população, intervindo no mundo das pessoas ultrapassando os limites entre o público e o privado, gerando para a população a perda de seus espaços, seus referenciais, intervindo nas relações de sociabilidade e com o meio circundante.

As medidas de saneamento adquiriram conotações físicas e morais referentes a um projeto de moralização que regulava as condutas higiênicas e anti-higiênicas, podendo assim identificar o desvio social.

Neste sentido, a política médico-sanitarista operada na sociedade catarinense foi o fio condutor para a proliferação das instituições de isolamento. Esta traduziu uma nova forma de se relacionar com os pobres, criminosos, doentes e loucos, tendo em vista a idéia de precaução e controle social.

Sob esta ótica foram várias as instituições criadas na primeira metade do século, com o objetivo de regenerar e segregar aquelas pessoas que apresentassem comportamentos desviantes ou que não se enquadrassem nos moldes da nova sociedade. Em 1910, foram inaugurados dois asilos correccionais, o Asilo de Órfãos de São Vicente de Paula e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim; em 1926, foi criada a penitenciária (inaugurada em 1930 - Bairro da Pedra Grande).

É, portanto, neste contexto, durante o governo de Nereu Ramos, que se dá a criação, em 1940, do Serviço de Assistência a Psicopatas e, em 1941, a criação do Instituto Psiquiátrico Colônia S'antana, no distrito de Maroim, município de São José.

Assim, a institucionalização da loucura neste período, mantém uma estreita ligação ao projeto de modernização da sociedade, tendo como objetivo, não somente a assistência social mas, principalmente, uma medida de segurança pública, excluindo do convívio comunitário aqueles indivíduos que apresentam comportamento anti-social, considerados nocivos a pessoas que integravam-se disciplinarmente à nova ordem. Esta preocupação pode ser percebida através do discurso pronunciado pelo Dr. Ivo d'Aquino, durante o lançamento, em 1938, da pedra fundamental da Colônia S'antana :

"...dando assistência clínica aos enfermos mentais e resguardando a sociedade do contato daqueles que lhes possam constituir um perigo permanente, com os mantê-los sob uma sujeição humana e cristã, cumprirá este estabelecimento um dos seus designios mais comoventes e mais enobrecedores"⁴.

O mesmo discurso, ao estabelecer a loucura como um desvio de conduta incompatível com o modo de vida da maioria da população, espelha também uma série de comportamentos não compatíveis às atividades de trabalho e aos valores morais da sociedade:

"São fatores das moléstias mentais a hereditariedade, a educação viciosa, a infração às leis de higiene, os choques intensos, a sífilis, o abuso de licores alcoólicos e de entorpecentes, a superstição, os excessos sexuais, as afecções morais, os distúrbios endócrínicos... enfim, um cortejo tão variado e tão imprevisível, que nunca se citará cumpridamente, nem ninguém poderá afirmar que outros novos casos não surgirão, diferentes dos já enumerados"⁵.

Neste campo, se pretende verificar as relações de poder que permearam as políticas de saúde mental no período em estudo, analisando os discursos médicos e a influência estabelecida por estes na construção da imagem do louco perante a sociedade. Na construção desta imagem, buscar-se-á verificar, quem era classificado como louco e como a loucura era problematizada no que se refere ao ordenamento da sociedade.

"Espelho do Mundo", assim uma interna do hospital Juquery definiu para Maria Clementina da Cunha, em sua pesquisa, como via o manicômio. Da mesma forma, este trabalho pretende olhar e tentar construir a história da loucura também sob a ótica dos loucos, considerando a análise do discurso dos mesmos. Tentar-se-á resgatar a imagem da loucura considerando os universos simbólicos que envolveram esta problemática, enfocando as matizes em torno das representações da loucura e da normalidade relativa à cultura e à sociedade.

Em síntese, a direção deste trabalho norteará um estudo que busque compreender as redes de relações sociais estabelecidas na primeira metade do século XX, em Santa Catarina, analisando como alguns aspectos da vida são submetidos ao controle de determinados segmentos investidos e legitimados socialmente, sendo sua função servir como instrumento de poder. Tentar-se-á desvendar, desnudar um mundo sem rostos, de fisionomias opacas, ou seja, o mundo da loucura, e construir uma história das diferenças, onde loucos e normais sejam sujeitos importantes na compreensão de determinada experiência histórica.

4 - Discurso pronunciado pelo Dr. Ivo d'Aquino, Secretário do Interior e Justiça, por ocasião do lançamento da Pedra Fundamental da Colônia dos Psicopatas, em Maroim, município de São José, no dia 20 de agosto de 1938. p.10. Biblioteca Central da UFSC

5 - Idem. p.9.